

CLIPPING IMPRESSO

20/03/2022



INDICE

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1

Osmar Gomes

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



RECORDAR É VIVER

Já diz o dito popular que lembrar é viver. É natural que o homem regresse no tempo – ainda que não em matéria – para estudar, pesquisar, ou apenas rememorar acontecimentos e fatos que marcaram a história em um tempo, espaço, segmento. No Judiciário, com a instalação do Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins, um rico e histórico acervo jurídico está à disposição da sociedade. Devidamente catalogado e organizado, o material que faz parte da história da Justiça estadual está ao alcance da população desde setembro de 2021.

O Museu constitui um espaço de resgate, preservação e difusão de conhecimento e, mais que isso, simboliza a (re)estruturação da essência, história, da instituição. Não restam dúvidas de que um breve fragmento da própria biografia populacional do Maranhão.

Em seu acervo estão documentos de alto valor histórico e social, muitos dos quais remetem a fatos marcantes, lendas e mistérios do imaginário popular, que, na ponta, contribui na edificação da cultura de um povo.

Lá estão os documentos constitutivos do Tribunal da Relação do Maranhão, datado de 1813, terceira corte de Justiça mais antiga do país.

A medida que criou uma instância superior para recursos das penas sumárias aplicadas desde os primeiros anos da colonização portuguesa.

Constam nos assentamentos os termos de Posse e Juramento de desembargadores, assim como seus registros, além de coleções de testamentos do século XIX, medalhas, acervos documentais do desembargador Lauro de Berredo e Judith Pacheco.

No Museu pode ser encontrado o inventário de Catarina Mina (Catarina Rosa Pereira de Jesus), escrava que fez fortuna e comprou sua liberdade.

Mulher empoderada, detinha imóveis e escravos, residindo, inclusive, em uma escadaria atrás do prédio sede do Tribunal de Justiça, que ganhou o nome da ex-escrava.

Também é possível conhecer o inventário e aprofundar em parte da história de Ana Jansen, a Donana, mulher afortunada que viveu entre os séculos XVIII e XIX. Além do seu contributo à sociedade e economia maranhense, Donana deixou um legado de lendas e mistérios que, ainda hoje, povoam o imaginário popular. Tem o testamento do saudoso João Lisboa, intelectual patrono da cadeira 18 da Academia Brasileira de Letras e que hoje empresta seu nome ao município localizado na região tocantina, vizinho à Imperatriz. Outro famoso testamento disponível é o do senhor Crispim Alves dos Santos, pai de Nhozinho Santos, que hoje dá nome ao Estádio de Futebol.

O famoso crime da baronesa, cujo processo se encontra no Memorial do Ministério Público, também tem espaço no Museu do Judiciário. Lá, consta o testamento que o filho da “Baronesa de Grajaú” deixara para seus herdeiros. Já apimentando os escritos das “páginas policiais”, o visitante encontrará a Carta Testemunhável de José Ribamar Mendonça, assassino confesso de John Harold Kennedy.

O crime aconteceu em 1933, quando Harold, 31 anos, trabalhava como contador para a companhia de bondes Ulen. A vítima seria tio, ainda que ilegítimo, de John F. Kennedy, que viria a se tornar presidente dos Estados Unidos.

Vale a pena um mergulho nas memórias que recontam parte da nossa história. Faça um convite a esse fascinante passeio de descobertas pelo Museu do Judiciário, que fica localizado no Solar dos Veras, Rua do Egito (144).